

1. Como aconteceu este livro

Duas simples palavras estão na origem deste livro: **surpresa e curiosidade**.

Desde 2006, ando a investir em trazer a público factos e acontecimentos marcantes de natureza económica, política, repressiva e social, no período da Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974), sobre a Região Autónoma da Madeira, então chamada, juntamente com os Açores, de Ilhas Adjacentes.

Esta minha aposta prende-se com uma ideia muito simples de que estou plenamente convicto.

Os erros, ao longo dos tempos, repetem-se com frequência, noutra enquadramento é certo, porque os decisores desconhecem situações anteriores semelhantes, em que a abordagem à resolução das mesmas, por múltiplas razões, decorreu pessimamente.

Não as estudámos, não foram retiradas as ilações devidas e, de novo, se aplicam as mesmas soluções, normalmente as mais fáceis, com estragos difíceis de concertar no futuro.

Nas pesquisas realizadas em vários sítios, Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Banco de Portugal, Arquivo Histórico Militar, Arquivo Histórico da Marinha, Arquivo Regional da Madeira, Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal do Funchal

e em alguns ministérios com relevo para a Agricultura, tenho sido surpreendido com o conteúdo e a qualidade de muito do material informativo encontrado sobre a Madeira de assuntos bem diversos.

Por vezes, o contacto com essa nova informação levou a redirecionar a pesquisa temporariamente e a abordar determinados temas não previstos, *a priori*, pelo menos com a profundidade a que se chegou.

A documentação disponível e a que tivemos acesso, nesses casos, era bastante e de qualidade, pelo que se tornou aliciente debruçarmo-nos sobre ela, dando origem a produtos autónomos.

A situação mais evidente foi o da Banca Madeirense nos anos de 1930.

Não estava planeado. Encontramos informação suficiente no Banco de Portugal e era quase “crime” não a analisar e tornar público os resultados conclusivos sobre um tema muito sentido e vivido, dramaticamente, por muitas famílias madeirenses.

O caso do Comandante João Inocêncio Camacho de Freitas, noutra domínio embora, oferece algumas parecências.

O período de que menos informação se dispõe respeita às suas origens, situação social na Ribeira Brava, família e estudos na Madeira, ou seja, todo o período antes da entrada na Marinha Portuguesa, em Janeiro de 1919.

Mas também não é o mais relevante para o que se pretende.

Encontrou-se nas cartas trocadas com Salazar (Torre do Tombo), no arquivo histórico da Marinha e no arquivo regional da Madeira, um bom manancial de informação que mereceu ser trabalhado.

Tive o CD com as cartas, o maior manancial de informação que disponho sobre este caso, arrumado por algum tempo por-

que alimentava a expectativa de, depois da “*Madeira nos Tempos de Salazar*” vertente económica (2015), aprofundar a vertente política.

Comecei a ler e a estudar as cartas de alguns dos Governadores civis do Funchal a Salazar e a outras instâncias do Governo e **a surpresa e a curiosidade** quanto a Inocêncio Camacho de Freitas começaram a vir ao de cima. Havia intensidade de informação.

Das várias leituras deduzi: Salazar incentivava “determinadas” pessoas a escrever-lhe, nomeadamente, as bem colocadas na sociedade local ou a desempenhar elevados cargos públicos, a contar os problemas da sua região. Verifiquei isso para outros distritos. Aliás, já fizera esta anotação em livros anteriores e, neste momento, não me restam quaisquer dúvidas.

Salazar incentivava e alimentava esta postura como forma de obter informação sobre o país. Este manancial informativo, parece-me, não foi ainda bem explorado ou, de outra forma, não está ainda tratado devidamente em termos nacionais e regionais.

Em relação a Camacho de Freitas, cultivava a imagem do Governador, pelo que ouvira falar vagamente pelos jornais nos meus tempos de liceu, que não tinha pensamento próprio, era um mero executante das ordens que vinham de Lisboa, uma pessoa muito moldada ao poder e não levantava a mínima onda!!

A ideia que tinha de Camacho de Freitas era o de submisso e cumpridor de ordens.

A única ideia mais concreta era a de que organizara a quando do “assalto” ao navio Santa Maria, na sua passagem pelo Funchal, a primeira terra portuguesa onde chegara, uma manifestação de repúdio em frente ao Palácio de S. Lourenço, sede do Governo Civil, com participação da mocidade portuguesa do Funchal, segundo pensei e penso ainda encomendada por Lisboa.

A leitura das cartas, no entanto, deu-me alguns acrescentos. Este homem de uma religiosidade profunda que nutria uma grande admiração por Salazar, sentidamente um adepto do regime ditatorial do Estado Novo, manifestava ideias próprias, específicas e até diferentes e discordantes em algumas matérias de interesse para a Madeira, com relevo para os portos da Madeira e, em especial, o do Funchal. Não eram, por conseguinte, ideias políticas discordantes, eram de natureza técnica, mas não deixavam de ser discordantes.

Em alguns domínios, Camacho de Freitas marcou diferença com a defesa das suas ideias perante políticos poderosos.

Pensava o futuro do porto do Funchal como uma infraestrutura básica e fundamental do desenvolvimento da Ilha.

E, nesse contexto, avançou propostas que melindraram gentes de peso do regime, que olhavam para o porto numa visão míope de simples porto de tráfego de mercadorias ou ainda pior, um investimento (público) para servir os interesses da Empresa Insulana de Navegação.

Esse foi o pensamento que diferenciou Inocêncio Camacho de Freitas dos responsáveis políticos do Ministério das Obras Públicas.

Camacho de Freitas tinha uma visão (boa ou errada) para o desenvolvimento económico da Madeira que destoava e, nela, assentou a defesa das obras do porto que preconizava.

Mas, também, em domínios como o da colónia, da cana do açúcar, do aproveitamento das águas e outros, apresentou ideias suas, admitindo ele próprio que essas ideias não convergiam, por exemplo no caso da colónia, com as do Presidente da Junta de Colonização Interna.

Camacho de Freitas não foi a lado nenhum com essas ideias.

Perdeu em todas as frentes porque não tinha influência bastante e também porque elas chocavam com a matriz de Salazar.

Camacho de Freitas tinha ideias desenvolvimentistas. Durante algum tempo, viveu na esperança de poder obter algum apoio de Salazar. Não percebeu logo o disfarce.

Salazar apenas o pretendeu “anestesiar” e, conseguiu, através do tratamento simpático que lhe concedia, como o de o receber em S. Bento nas suas deslocações a Lisboa, o incentivo a escrever-lhe e a responder-lhe uma ou outra vez, embora com evasivas, sendo muito concreto apenas nos assuntos de que precisava de Camacho de Freitas.

Ainda, hoje, a Região da Madeira sofre os efeitos de más decisões acumuladas por exemplo sobre o porto do Funchal.

O livro produzido conta, no essencial, através das suas três partes, para além de uma breve explanação sobre a vida militar de João Inocêncio Camacho de Freitas, último capítulo, essas ideias diferenciadoras e alguma acção tendente a fazê-las aceitar no seio do governo de Lisboa, embora sempre com grande subserviência e dedicação a São Bento.

Na primeira parte procuramos caracterizar a acção de Inocêncio Camacho de Freitas, como Capitão do porto do Funchal, evidenciando-se as ideias defendidas, sobretudo a partir de finais de 1949 e a sua constante defesa em várias instâncias.

A leitura das cartas revela, sem dúvida, essa forma de estar de Camacho de Freitas sobre o projecto que defendia para o porto do Funchal.

Na segunda parte apresenta-se uma análise comparativa das três propostas sobre o porto do Funchal que, a partir de 1949 estiveram sobre a mesa: a proposta institucional da JAPAM – Junta Autónoma dos Portos da Madeira; a da Union Castle Line e a do Comandante Inocêncio Camacho de Freitas.

Estas propostas foram analisadas em relatórios elaborados por oficiais da Marinha Portuguesa, respectivamente pelo Capitão-de-fragata, Manuel Affonso Dias e pelo Capitão-de-fragata aviador, Horácio de Faria Pereira, oficial que substituiu o Comandante Camacho de Freitas como capitão do Porto, relatórios esses onde se elencam as vantagens e desvantagens de cada uma das propostas, sob o pano de fundo, do desenvolvimento económico da Região.

A terceira parte analisa o longo consulado do Comandante Camacho de Freitas, enquanto Governador civil do Distrito do Funchal.

Durante o Estado Novo, foi Camacho de Freitas, o governador com “o consulado” mais extenso, cerca de 17 anos.

Tenho a sensação/tese de que o convite para Governador foi uma forma de o “*anestesi*ar” na defesa do porto do Funchal.

Aliás, Camacho de Freitas, na carta-balanço a Salazar sobre o primeiro ano de actividade, enquanto Governador, afirma que aceitou o cargo com alguns sacrifícios pessoais, nomeadamente, “*o de ter renunciado à liberdade de acção perante o problema do porto do Funchal, que eu havia tratado e vivido com todo o coração como Capitão do porto*”.

Com este desabafo dá a entender que percebeu e sentiu o fraco apoio às suas ideias.

No entanto, a desilusão mais marcante sobre o porto do Funchal, em minha opinião, só começa a transparecer a partir de 1954, data da entrevista que sobre esta matéria deu a “pedido” do Ministro das Obras Públicas, Eng. José Ulrich, à comunicação social da Madeira, onde teve de defender ideias sobre o porto que contrariavam as suas.

Lisboa, Dezembro de 2016